IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade
V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade
V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELA MULHER/ESTUDANTE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) PARA PERMANECER NA ESCOLA.

Eixo Temático 11 - Epistemologias feministas e estudos das mulheres: gênero, sexualidade e diversidade

Andréa Andrade Oliveira Prado [1]
Mônica Clementino de Menezes [2]
Matheus Nunes Godeiro de Freitas [3]
Adenilson Souza Cunha Junior [4]

RESUMO

Este trabalho faz parte de uma pesquisa em andamento sobre as trajetórias das mulheres/estudantes da Educação de Jovens de Adultos (EJA) nas escolas públicas de Vitória da Conquista, Bahia e a interseccionalidade e lacunas nas políticas públicas educacionais destinadas a esse público. O recorte aqui apresentado se dispôs a analisar os desafios enfrentados pelas mulheres que ao retomarem os estudos na modalidade EJA encontram dificuldades para dar continuidade a eles. O objetivo principal é dar visibilidade a luta dessas estudantes, demarcando o fato de serem mulheres, para que se reflita sobre as necessidades e especificidades de uma parcela de discentes que constituem a maioria nas salas de EJA do município.

Palavras-chave: Mulheres/estudantes; EJA; Gênero; Fenomenologia; Crítica feminista.

INTRODUÇÃO

[1] Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGEd/UESB), Membro do Grupo de Pesquisa "EJA em Pauta" – E-mail: deaandrade21@gmail.com ;
[2] Doutoranda e Mestra em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) Membro do Grupo de Pesquisa "EJA em Pauta" - E-mail: monica-cmenezes77@hotmail.com;
[3] Mestrando pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGEd/UESB), Membro do Grupo de Pesquisa "EJA em Pauta" – E-mail: profgodeiro@gmail.com
[4]Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, com Estágio Doutoral na Universidade de Playa Ancha (UPLA), Chile. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2012). Licenciado em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e em Sociologia pelo Centro Universitário Internacional. Professor Titular, com dedicação exclusiva, do Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGEd/UESB), Vitória da Conquista, BA, Brasil.

Durante o conselho de classe na unidade escolar em que trabalhamos, ao final do ano letivo de 2024, nós – docentes e coordenação pedagógica – estávamos avaliando o desempenho dos/as estudantes do ensino noturno da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e propondo estratégias para o ano seguinte, quando percebemos que dentre aqueles discentes que "abandonaram" os estudos no último trimestre, havia uma estudante que, por ainda estar amamentando, levava sua filha para as aulas. Qual não foi a nossa surpresa ao descobrimos que a referida estudante não mais retornou à escola por ter sido proibida de utilizar o transporte escolar caso levasse a criança. Ela foi obrigada a ficar em casa e, consequentemente, reprovada por mais um ano na mesma série.

Muitos questionamentos se apresentam sobre essa situação: Quem proibiu e com base em qual justificativa essa estudante foi proibida de utilizar o transporte escolar acompanhada de sua filha? Como nós educadoras e educadores não percebemos essa ausência a tempo de oferecer apoio a essa estudante? Por que a equipe gestora não buscou uma solução junto aos órgãos superiores? Quais políticas públicas educacionais poderiam amparar essa mulher/estudante/mãe? E a estudante, por sua vez, buscou informações sobre seus direitos ou sequer os conhece?

Para além de responder tais indagações, propomos neste trabalho a problematizar as dificuldades enfrentadas pelas jovens e adultas que retornam à escola após interromperem seus estudos em algum momento do percurso escolar. Do abandono ao retorno, há um caminho que precisa ser investigado, no entanto, aqui analisamos principalmente os desafios enfrentados para a permanência dessas mulheres/estudantes na escola.

O objetivo principal é dar visibilidade à luta dessas estudantes, destacando o fato de serem mulheres, para que se reflita sobre as necessidades e especificidades de uma parcela de discentes que constituem a maioria nas salas de EJA do município de Vitória da Conquista, Bahia. Para isso foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 23 mulheres/estudantes da EJA/Ensino Médio em duas escolas localizadas em áreas rurais.

Ancorando-se teoricamente na fenomenologia e na crítica feminista, utilizamos a abordagem de cunho qualitativa, buscando compreender a essência dos fenômenos diante das experiências, dos saberes, dos sentidos e da consciência dos sujeitos na sociedade. Nesse caso, os sujeitos são as diversas mulheres/estudantes da EJA,

marcadas por exclusões, presentes e passadas, mas também por resistências e desejos de um futuro melhor, o que confirma a necessidade de se considerar suas especificidades de gênero.

DISCUSSÕES

Scott (1995) afirma que gênero como uma categoria analítica emergiu ao final do século XX como tentativa de reivindicação de um terreno de definições que explicassem as persistentes desigualdades entre homens e mulheres.

> No espaço aberto por esse debate, posicionadas ao lado da crítica da ciência desenvolvida pelas humanidades e da crítica do empirismo e do humanismo desenvolvido pelos/as pós-estruturalistas, as feministas não somente começaram a encontrar uma voz teórica própria; elas também encontraram aliados/as acadêmicos/as e políticos/as. É dentro desse espaço que nós devemos articular o gênero como uma categoria analítica. (Scott, 1995, p. 85)

Ao buscar compreender os desafios que envolvem esta modalidade de ensino direcionamos nosso olhar sobre as especificidades das mulheres/estudantes da EJA e percebemos a necessidade de investigar o percurso educacional dessas mulheres, suas histórias de vida, os desafios que enfrentaram até aqui, as expectativas com relação à educação e se há políticas públicas voltadas para esse público, pois como nos orienta Paulo Freire (1998), o/a educador/a deve ser sensível à história de vida dos alunos, resgatando seus sofrimentos, mazelas e cicatrizes. A partir dessa vivência, o conhecimento será construído, entendendo que o sujeito da EJA não é o sujeito da falta, mas o sujeito das potencialidades:

> Nenhuma pedagogia que seja realmente libertadora pode ficar distante do oprimido, quer dizer, pode fazer deles seres desditados, objetos de um "tratamento" humanitário, para tentar, através de exemplos retirados de entre os opressores, modelos para sua "promoção". Os oprimidos hão de ser o exemplo para si mesmo. (Freire, 2021, p.56)

Quando se trata das adolescentes e adultas estudantes da EJA, alguns problemas se agravam, pois elas são inviabilizadas em seu gênero e especificidades, carregando consigo vários marcadores sociais (gênero, raça, idade, classe social, localidade, sexualidade entre outros) que as estigmatizam e fazem com que sofram preconceitos e diferentes formas de violência. Esses fatores dificultam, ou até mesmo impedem, a concretização de seu percurso educacional.

Como afirma Paulo Freire (2000), nós como educadoras e educadores, não podemos nos furtar ao debate e a práxis por uma sociedade mais justa. “Lavar as mãos do conflito entre os poderosos e os impotentes significa ficar do lado dos poderosos, não ser neutro. O/a educador/a tem o dever de não ser neutro” (Freire, 2000, p.24). Não podemos ignorar os conflitos no contexto da EJA e, sobretudo, os conflitos e lutas que são particulares das diversas mulheres na Educação de Jovens e Adultos de nossa cidade. Não podemos ignorar o fato de que mulheres/estudantes, como no caso aqui citado, precisam ser compreendidas, acolhidas e ter seus direitos respeitados. Sendo assim, debates como propomos se fazem cada vez mais necessários.

O grupo pesquisado foi composto por mulheres entre 18 e 44 anos que possuem tripla jornada de trabalho. Elas dividem seu tempo entre o trabalho fora de casa, a preocupação com os afazeres domésticos, os cuidados com a família e sua formação acadêmica, pois vão para a escola à noite e muitas vezes não encontram nesse espaço as condições físicas, materiais e o acolhimento necessários para continuar aprendendo ao longo da vida. Na escola, elas reescrevem parte de suas histórias, entre conquistas, recuos e retomadas.

Dentre as indagações, nos interessava saber há quanto tempo e por quê de terem abandonado a escola, o motivo do retorno, as dificuldades e desafios enfrentados para a permanência e se as políticas públicas dão conta de atender às suas especificidades.

Algumas respostas já eram esperadas, como o fato de a grande maioria ter ficado meses ou anos sem estudar por causa da gravidez, muitas vezes na adolescência, e o cuidado com os filhos. A necessidade de trabalhar, quase sempre em subempregos também contribuiu para que algumas delas abandonassem a escola antes de concluir seu percurso educacional.

Por outro lado, outras respostas causaram indignação: duas alunas interromperam seus estudos por terem sofrido abuso sexual a caminho da escola e outras duas, com idades de 25 e 28 anos, se casaram aos 17 e 18 anos e foram proibidas pelos maridos de continuarem estudando (só retornaram após o divórcio), confirmando a condição de subalternidade que muitas mulheres ainda vivem em pleno século XXI.

Ao retomarem os estudos surgem novas preocupações – situando-se aqui o enfoque deste trabalho: Como então acompanhar novamente os conteúdos após tanto

tempo? E com quem deixar os filhos para ir à escola? Como lidar com a violência psicológica dos maridos que dizem a elas que não vão conseguir? Como conciliar os estudos e o trabalho? São dúvidas diárias que as acompanham após decidirem voltar para a escola.

Além disso, por morarem no campo, ficam à mercê do transporte escolar, que nem sempre circula próximo às suas moradias, obrigando-as a percorrer longa distância a pé, à noite, correndo riscos maiores pelo fato de serem mulheres. Nesse transporte, enfrentam o medo das estradas sem condições de tráfego e a preocupação em não poder ir para a escola caso os carros quebrem ou os motoristas realizem paralisações por falta de pagamento. Há ainda situações como a de nossa estudante que foi proibida de utilizar o transporte por ter que levar junto seu filho.

Sobre esse caso específico, buscamos informações legais e consultamos nossos pares para entender a situação. Do ponto de vista legal, além da garantia constitucional de transporte escolar para os/as estudantes que dele necessitam, há portarias, emendas constitucionais e cartilhas que regulamentam e orientam essa prática. Entretanto, em nenhum desses textos encontramos qualquer proibição ou autorização para que uma estudante/mãe utilize o serviço de transporte acompanhada por seu filho ou filha enquanto lactante, o que as deixam à mercê da compreensão/interpretação de cada empresa e/ou motorista. A equipe gestora nos informou que a proibição foi determinada pelo proprietário da empresa de transportes, que por sua vez alegou não poder garantir a segurança de um bebê.

Quanto a nós, docentes, em meio a rotina insana, salas superlotas e certa desarticulação entre teoria e prática, muitas vezes não percebemos que discentes estão ficando pelo caminho durante o ano letivo. Ademais, aprisionados num currículo descontextualizado em que muito se assemelha ao Ensino Regular e carentes de formação específica para lidar com as particularidades dessa modalidade de ensino, tentamos e quase sempre fracassamos ao aplicar métodos e regras arcaicas que não levam em consideração os saberes que essas pessoas carregam consigo, inconscientemente contribuindo para desistências e abandonos.

O esperado bom senso de todos os envolvidos, ou o desconhecimento geral, não levou em consideração a Portaria do Ministério da Educação de nº 604/2017, artigo 1º,

que garante o direito às mães/estudantes de amamentarem seus filhos em qualquer espaço público:

> § 1o A amamentação é ato livre e discricionário entre mãe e criança;
> § 2o O **direito à amamentação deve ser assegurado independentemente da existência de locais, equipamentos ou instalações reservadas para esse fim, cabendo unicamente à lactante a decisão de utilizá-los;**
> § 3o Toda prestação de informação ou abordagem para **dar ciência à lactante da existência dos recursos mencionados** no § 2o deste artigo deve ser feita com discrição e respeito, sem criar constrangimento ao sugerir o uso desses recursos.
> (BRASIL, 2017, grifo nosso)

Isto posto, o que vimos foi o descumprimento de uma lei e a negação de direitos a uma mulher/mãe/estudante, já que a amamentação é livre, independe do espaço e a estudante deveria ter sido informada sobre seu direito.

Conforme Arroyo (2005), a

> superação de estruturas e lógicas seletivas, hierárquicas, rígidas, gradeadas e disciplinares de organizar e gerir os direitos ao conhecimento e à cultura é uma das áreas de inovações tidas como inadiáveis. Nesse quadro de revisão institucional dos sistemas escolares, torna-se uma exigência buscar outros parâmetros para reconstruir a história da EJA. Se a organização dos sistemas de educação formal está sendo revista e redefinida a partir de avanços da consciência dos direitos, a Educação de Jovens e Adultos tem de ser avaliada na perspectiva desses avanços. (Arroyo, 2005, p. 44)

Esses avanços precisam alcançar as demandas trazidas pelas jovens e adultas que tomadas pela coragem, desejo ou necessidade, retomam seus estudos na perspectiva de transformar e reinventar suas histórias. As entrevistadas ainda se queixam de que, na escola necessitam de um pouco mais de compreensão por parte da equipe gestora e dos/as docentes. Muitas vezes as particularidades, diversidades e necessidades de cada uma não são levadas em conta. Chegar atrasada por causa do cuidado com filhos ou do trabalho, não conseguir fazer atividades extra classe, dificuldades na assimilação de alguns conteúdos, são exemplos de problemas que gostariam que fossem levados em conta.

A escola emancipadora, segundo Caldart (2023, p.66), precisa acolher essas histórias. São “vidas que precisam ser recebidas, aceitas, respeitadas, protegidas, cuidadas, compreendidas, educadas. Vidas que portam experiências sobre as quais a educação pode se realizar como continuidade ou superação”.

Como agência da educação, a escola não pode se furtar ao seu papel de espaço de transformação e emancipação social. Precisa ser o lugar do acolhimento e da provocação.

Para além disso, necessita compartilhar conhecimentos teóricos e valorizar os saberes diversos. Como afirma Paulo Freire (1992), "não há utopia verdadeira fora da tensão entre a denúncia de um presente tornando-se cada vez mais intolerável e o anúncio de um futuro a ser criado, construído, política, estética e eticamente, por nós, mulheres e homens" (Freire, 1992, p.47).

CONSIDERAÇÕES

A presença feminina na EJA precisa ser percebida, valorizada, respeitada, pois só assim os desafios da escolarização das mulheres de todas as idades e a subordinação histórica serão impactados por um "futuro criado" por e para essas mulheres, que invisibilizadas em seu gênero são desassistidas pelas políticas públicas, não são reconhecidas como mulheres/estudantes que decidiram resistir, apesar das inúmeras barreiras que lhes são impostas na luta por formação humana, autonomia e emancipação.

Bandeiras e lutas coletivas são importantes, mas não se pode ignorar as individualidades e interseccionalidades de cada mulher/estudante. Valorizar o esforço dessas mulheres, dar-lhes visibilidade é um passo significativo para que suas demandas sejam atendidas e alcancem a emancipação, a independência financeira, um curso de nível superior, melhores condições de vida para seus filhos, que é o que desejam as entrevistadas.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M.G. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade. In: Soares, Giovanetti, Gomes (ogs). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 604, de 10 de maio de 2017.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/maio-2017-pdf/64361-portaria-aleitamento-1105-pdf/file#:~:text=de%20vida%2C%20resolve%3A-,Art.,discricion%C3%A1rio%20entre%20m%C3%A3e%20e%20crian%C3%A7a. Acesso em 26 de dez. 2024.

CALDART, R.S. **Sobre as tarefas educativas da escola e a atualidade**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Unesp, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

SCOTT, J. História das Mulheres. In: BURKE, Peter: **A escrita da história -** tradução de Magda Lopes – São Paulo: UNESP, 1995.